

Resenha do livro **Abrindo o Baú de Memórias: Políticas Culturais no Brasil – subsídios para construção de brasilidade – (1930-1990)**

CURY, Cláudia Engler. **Abrindo o Baú de Memórias: Políticas Culturais no Brasil – subsídios para construção de brasilidade – (1930-1990)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

**Márcia Regina dos Santos**  
Mestranda em Educação pela  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Brasil  
marcia0705@gmail.com

**Para citar esta resenha:**

SANTOS, Márcia Regina dos. Resenha do livro *Abrindo o Baú de Memórias: Políticas Culturais no Brasil – subsídios para construção de brasilidade – (1930-1990)*. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 301 – 306, jan./abr. 2015.

**DOI: 10.5965/1984723816302015301**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723816302015301>

As relações que foram construídas entre memória e história estão muito distantes de serem amistosas. É um campo configurado entre tensões, disputas e negociações que fazem emergir uma incrível pluralidade de perspectivas sobre o passado. O presente livro, fruto da tese de doutoramento da professora e pesquisadora Cláudia Engler Cury, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2002, constitui-se num privilegiado momento de discussão sobre as *políticas culturais* que transversalizaram a construção do que se chama de *patrimônio cultural*, valendo-se dos subsídios fornecidos pela memória e pela história. O objeto de análise escolhido pela autora, os *museus de rua*<sup>1</sup> de São Paulo, viabilizam diversas frentes de discussão como a institucionalização da memória, os lugares delimitados para esta e todas as elaborações coletivas que são estimuladas pelo tratamento deste objeto cultural. Ao abrir este *Baú de Memórias*, Cláudia Engler Cury dá vasão a estas discussões e aprofunda um aspecto intimamente ligado a todo este processo: a construção da *brasilidade*.

O primeiro capítulo, intitulado *Políticas culturais e projetos de brasilidade em períodos ditatoriais*, expõe um panorama da atuação do Estado a partir de 1930 em relação ao projeto legitimador da construção de uma *identidade* e uma *memória nacional*. O governo de Getúlio Vargas foi percebido como ponto de referência da concentração de esforços em torno da *invenção* de um *patrimônio histórico* do país. Apesar da mobilização intelectual em torno do assunto ser anterior a 1930, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>2</sup>, em 1937, é sinalizada como importante marco da apropriação por parte do Estado das questões relativas à cultura. Esse período vai ser rico em ações que pretendiam delinear quais seriam as bases culturais consideradas nacionalmente. Essas ações foram desde a elaboração de critérios de definição sobre o que era ou não era considerado patrimonializável<sup>3</sup>, instituição de campanhas midiáticas<sup>4</sup> a

---

<sup>1</sup> Modelos de materialização da memória urbana implementados pelo poder público em São Paulo em lugares de grande circulação para promover certa identidade coletiva.

<sup>2</sup> Concordando com movimentos internacionais de preservação cultural, esse órgão foi regulamentado através do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que versa sobre a organização da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Criado para funcionar como sistematizador das políticas culturais, direcionando a organização de bens materiais (edificações ou acervos) que poderiam configurar patrimônios culturais do país, criando o que ficou conhecido como cultura da *pedra e cal*. Foi considerado um importante marco por autores como Maria Cecília Londres Fonseca e José Reginaldo Santos Gonçalves.

<sup>3</sup> Nesse sentido, atribuíam-se valor e importância a obras de arte, artefatos antigos, prédios e construções com base na antiguidade, raridade ou procedência, para definir o que poderia ser considerado patrimônio

respeito da divulgação dos valores primordiais da *identidade da nação*, até a negação das questões regionalistas que eram, inclusive, legitimadas em alguma instância por projetos homogeneizantes veiculados através dos sistemas escolares.

Com o desejo incessante de fundar uma *autêntica cultura brasileira*, inúmeros discursos foram incorporados de modo a dar forma ao padrão que se julgava ideal. A elite intelectual do país dos anos 1930 constituiu um importante grupo que participou desse processo. Obras de escritores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, passaram a subsidiar teses que buscavam positivar a imagem de um povo mestiço e diverso que era supostamente incluído pelas premissas da *ordem* e do *progresso*. A autora discute que, apesar de estar evidenciado o caráter múltiplo da sociedade brasileira, a *invenção* da *brasilidade* transformava-se em ação política com pretensões de uniformidade. Todo um aparato de monumentos, comemorações, lugares de memória, simbologias foi construído para dar forma a essa homogeneidade cultural que se pretendia instituir.

Na década de 1960, poucas mudanças foram observadas, destacando a relevância dos movimentos em torno da democratização do acesso à cultura com maior destaque para os *Centros Populares de Cultura (CPC)* e o trabalho da *União Nacional de Estudantes (UNE)*. Já na década de 1970, com a análise dos *Planos Nacionais de Cultura de 1973 e 1975*<sup>5</sup>, foi possível identificar novas movimentações em torno das discussões a respeito das políticas culturais, com medidas importantes e criações de órgãos. Neste sentido, é importante destacar a criação do *Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)*, em 1975, que ampliou a visão sobre a cultura brasileira, agregando a observância sobre bens imateriais como práticas, costumes, memórias, enfim, as chamadas *manifestações populares*.

---

histórico.

<sup>4</sup> Essa questão incluía uma produção jornalística e cinematográfica exaltando valores simbólicos de caráter cívico e patriótico que projetavam a perspectiva de unicidade frente a pátria, colocando todas as culturas dissonantes sob a mesma égide.

<sup>5</sup> Documentos que possibilitaram à autora perceber a “tutela” do Estado sobre as questões culturais que evidenciaram “ações pedagógicas não-formais” para a configuração da memória, da identidade e na forja da *brasilidade*.

No segundo capítulo foi remontada a cena político-social dos anos 1980 no Brasil, observando a questão da redemocratização e as perspectivas que circulavam sobre a *memória* e a *identidade nacional*. No momento histórico em que emergiram movimentos que buscavam construir uma *nova cidadania* que contemplasse a diversidade cultural que constitui o país, foi criado, em 1985, o Ministério da Cultura (Minc), desvinculando as políticas culturais do Ministério da Educação e Cultura, lugar onde até então eram elaborados os projetos e desenvolvidas as ações relativas à produção cultural. O texto da Constituição de 1988, em seus artigos 215 e 216, fez referência ao acesso à cultura para todos os grupos sociais, ao reconhecimento do caráter múltiplo da cultura nacional e ao alargamento do conceito de patrimônio, considerando em igual relevância os bens materiais e imateriais. Isso vai ser confirmado no ano de 2000, com o Decreto-lei nº 3.551 que incluiu os bens de natureza imaterial como culturais e criou o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*<sup>6</sup>. No que tange as políticas culturais, a década de 1980 foi tempo de organizar, repensar e remodelar os projetos e as ações, até mesmo por que esse movimento acompanhou a transição para a redemocratização.

O capítulo que Cláudia Egler Cury nomeia de *Políticas culturais no território da cidade*, inicia com uma discussão sobre os *territórios*<sup>7</sup> da cidade, no caso São Paulo, sua ocupação, sua apropriação e as negociações existentes entre os habitantes, os espaços, as memórias e a constituição de uma identificação com o local. A percepção sobre as relações que definem uma cidade e as subjetividades que envolvem esse processo foram fundamentais para pensar a formação da *memória* individual e coletiva dos que ocupam o *território*. Quando estas subjetividades passam pela apropriação institucional que se vale das mesmas para empreender projetos e até mesmo para escrever a história, segundo a autora, acabam ocorrendo ações *contundentes* e *homogeneizantes* que atropelam a relevância do peculiar em favor da obtenção de uma *identidade* uniforme, que atenda as

---

<sup>6</sup> Este programa vai sistematizar o reconhecimento dos bens culturais imateriais através da constituição de quatro Livros de Registro para inventariar e desenvolver políticas de preservação. São eles: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares, e o Decreto-lei ainda abre a possibilidade de criação de outros livros.

<sup>7</sup> A autora explica sua preferência pelo termo “território” e não “espaço”, aproximando sua perspectiva do trabalho de Raquel Rolnik (1992), que compreende que “não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território”.

demandas maiores como a urbanização e a modernização. A cidade, vista como um espaço de disputa identitária, atua como disciplinadora *das formas de habitar e de viver*.

E é sob essa ótica conflituosa que vão emergir os *Museus de Rua* analisados nesta obra. Eles vão circular em São Paulo na década de 1970 e depois vão ser retomados nas décadas de 1980 e 1990, e a autora dirige-se aos dois momentos como primeira e segunda versão, respectivamente. Na primeira versão, esses elementos culturais foram pensados como a constituição de uma memória coletiva. Com ações organizadas pelo poder público, através da atuação da Secretaria Municipal da Cultura, foram ocupados espaços públicos de intensa circulação de pessoas, com a exposição de imagens da cidade em épocas passadas, com a ideia de suscitar reflexões sobre as mudanças, as permanências e as perspectivas daquele espaço comum, componente das memórias individuais.

Nesta primeira versão, foi organizado um acervo iconográfico que compôs três exposições que tratavam sobre: *Percurso Centro Histórico, História do Anhangabaú e do Viaduto do Chá e Memória da Sé*. As imagens eram reproduções fotográficas expostas em painéis acompanhadas de legendas e documentos escritos com informações complementares à leitura daquelas imagens que já falavam por si. Não constava nenhum tipo de análise ou problematização, os documentos apenas estavam disponíveis furtando ao leitor/transeunte como ia estabelecer esse contato.

Na segunda versão dos *Museus de Rua*, a dinâmica diferenciou-se muito. A começar pelo acolhimento institucional que veio por parte da Secretaria Estadual da Cultura, e também a iniciativa que partiu do que a autora percebeu nos documentos como um *militante da cultura*. Trata-se de um antigo morador do Bairro Cambuci, que se empenhou na elaboração e execução de um projeto que pretendia constituir uma *memória coletiva* a partir dos próprios moradores. Esse trabalho foi articulado através da arrecadação de imagens que estavam esquecidas em acervos pessoais, entrevistas com moradores e a interação com escolas.

Nas duas versões dos *Museus de Rua* foi possível identificar metodologias de criação de *lugares de memória*, estratégias de articulação da *memória urbana* e possibilidades de apropriação por parte dos sujeitos envolvidos. Se na primeira versão, a

sensibilização passou pela afetividade das lembranças, na segunda, afirmou um elo entre os habitantes, sua história e a história do lugar. As iniciativas de construção de memória podem utilizar vários meios que de toda maneira não significam que vão reverberar da forma esperada.

Por fim, a autora pondera que as políticas culturais preservacionistas, principalmente com relação ao patrimônio, foram evidenciadas em momentos históricos – Estado Novo e regime militar, em que o exercício da cidadania era limitado e havia a necessidade de afirmação da *brasilidade*. Mesmo as ações estando inseridas numa ordem mercadológica de consumo, percorreram a direção de sistematizar o direito à cultura como direito de cidadão, elemento fundamental na construção da *memória coletiva* que é conveniente afirmar e na *identidade* que se pretende forjar para constituir uma *cultura nacional*.

Recebido em: 14/10/2014

Aprovado em: 12/11/2014

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 16 - Número 30 - Ano 2015

revistalinhas@gmail.com